



A VILA DO IAPI NO CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Cleusa Terezinha Azambuja da Silva
Cristina Didonet Nery Tavares da Cunha Mello
Laura Regina do Canto Leal¹

Resumo

Este artigo propõe-se a analisar o processo histórico do desenvolvimento urbano do Conjunto Residencial Vila do IAPI e sua inserção na rede urbana, localizado na Zona Norte da cidade de Porto Alegre, em um contexto social e crítico da falta de habitação popular e do acelerado e tardio processo de industrialização do país, no período de 1942 a 1964 e sua representatividade junto à população.

Palavras-chave: Habitação popular. Industrialização. Urbanização.

1. Introdução

Devido ao processo de modernização implantado pelo governo de Getúlio Vargas, após assumir o poder em 1930, ocorre, no Brasil, um surpreendente crescimento industrial e urbano no país, apesar de tardio em relação a outras nações. Esta urbanização estava ligada ao desenvolvimento industrial, que criava a necessidade de existir certo número de operários para que a indústria pudesse se instalar, exceto em alguns raros casos, como ocorreu com as indústrias extrativas, portanto, Porto Alegre enquadra-se nas cidades brasileiras que se industrializavam, substituindo as pequenas manufaturas de algumas cidades do interior, e, por conseqüência, surgia a necessidade de melhores condições de habitação. Em Porto Alegre, a zona norte se beneficia desta modernidade com o estabelecimento de indústrias urbanas, que acabam por levar a uma ampliação da rede urbana.

O conteúdo deste artigo visa mostrar a importância do modelo do Conjunto Residencial do Passo D'Areia, a Vila do IAPI ou Vila dos Industriários, destacando-se diante de outros conjuntos habitacionais de baixa renda, construídos em várias partes do mundo. Ao longo do tempo se tornaram núcleo de delinqüência, vandalismo e desesperança social generalizada, piores do que os cortiços que pretendiam substituir, ou como os atuais enclaves de classe média e alta, fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade de vida urbana.

¹ Alunas de pós-graduação em História do Brasil Contemporâneo na Faculdade Porto Alegrense- FAPA.

Portanto, dentro do processo de planejamento urbano de Porto Alegre e a necessidade de suprir a carência habitacional existente e devido à alta densidade demográfica, já existentes nas décadas de 1930 e 1940, este artigo procura analisar a necessidade de construção da Vila do IAPI e sua importância para a comunidade local. No contexto de urbanização e industrialização pelo qual estava passando a cidade e suprimindo desta forma a falta de moradia popular, sem ferir o meio ambiente e proporcionando a esta população manter sua identidade no novo espaço em que está se inserindo.

2. Desenvolvimento

2.1 Aumento populacional x falta de habitação

O aumento crescente da industrialização urbana pode ser visto como um “convite” às populações rurais que sofriam com a exploração no campo e nas colônias face à impossibilidade de manterem sua crescente população, devido à *mecanização da lavoura e o início da tendência à monocultura, criando as grandes fazendas em detrimento das pequenas colônias* e acabam encontrando na indústria urbana um novo meio de vida.

Em sua análise sobre industrialização e urbanização, Ribeiro (1997) nos coloca que:

A industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro. A industrialização oferecendo empregos urbanos à população rural; esta entrando em êxodo na busca dessas oportunidades de vida. (RIBEIRO; 1997, p.198)

Portanto, a população rural, ao deslocar-se para as grandes cidades acaba ocasionando um aumento populacional, assim como um crescimento desordenado das sub-moradias, onde imperava a miséria e as pessoas acabavam amontoando-se em barracos de latas e tábuas velhas. Havia uma carência imensa de recursos mínimos para sua sobrevivência, fazendo-se necessário um planejamento estrutural urbano que pudesse atender essa demanda e ao mesmo tempo tentar coibir o aumento da formação das vilas marginais.

Conforme Paul Singer, no texto Economia Urbana (1980, p.138), existe uma “tendência à aglomeração industrial que acarreta o surgimento e a expansão de núcleos urbanos que se explicam basicamente pela necessidade de economizar custos de transporte”.

As cidades, ao se transformarem em centros industriais urbanos, passaram a desempenhar muitas funções, inclusive a industrial. Sendo que a indústria ao ocupar um determinado espaço urbano, abre seu leque para que outras empresas, as chamadas “sistemistas”, também se instalem nas proximidades, utilizando os serviços já existentes e

os promissores, fazendo com que as “grandes cidades” se tornem um pólo industrial e, conseqüentemente, o centro de um *hinterland*¹.

Urbanização desenfreada e o déficit habitacional são problemas enfrentados no mundo inteiro desde o século XIX. Uma das respostas para este dilema foi encontrada na construção de conjuntos habitacionais populares.

Conforme Jacob's (2001, p.7), em Boston os primeiros conjuntos habitacionais populares, como o *North End*, eram localizados em área tradicional de baixa renda, alta densidade habitacional, poucas áreas verdes, áreas mal traçadas com ruas em excesso, espaço destinado à população de indústria pesada da orla, imigrantes oriundos da Irlanda e Itália, enfim a pior zona de cortiço da cidade. Foi nesses moldes que se formaram os famosos guetos. A partir do final da década de 1950, passou por um longo e intenso processo de revitalização, inclusive reduzindo seu número de moradores, mas ainda hoje mantendo várias características de gueto.

Segundo Pontual (2009), nos Estados Unidos o único lugar em que os conjuntos habitacionais populares tiveram resultado positivo foi em *New York*, devido ao tipo de estrutura adotada unindo o público e o privado. Procuram evitar as concentrações habitacionais em grandes estruturas e em espaços penalizados. Normalmente conjuntos de três ou quatro prédios de andares altos, ou vários de até quatro andares, procurando não concentrar um número expressivo de moradores, cercando as áreas dos conjuntos como forma de tentar resistir à ascensão da marginalidade.

Entrevista com Galina Tahchieva, Porto (2002), nos trás que o projeto mais recente nesta área nos Estados Unidos é o *New Urbanism*, criado nos anos 1980, com o fundamento de integrar populações mistas, tipologias construtivas e usos mistos, cuidando também da preservação do meio-ambiente e comunidades sustentáveis, melhorando assim a qualidade de vida do trabalhador.

Já Boccanera (2009), nos diz que em Londres o principio foi mais ou menos o mesmo dos Estados Unidos. Procura-se evitar a concentração de habitação social todas em uma mesma região, tentando espalhá-las pela cidade, procurando criar uma diversidade, pois mistura é importante. Ante o fato de vivermos em uma sociedade mista, é necessário criar um ambiente produtivo não só para os afluentes que podem pagar por suas casas, mas também para quem vive de aluguel social. Nos conjuntos habitacionais também são utilizados recursos públicos e privados, sendo que em qualquer construção de condomínios ou prédios residenciais privados, um determinado percentual destina-se para a classe de renda baixa. Procuram também reestruturar as áreas, sem remover as pessoas, pois elas

são apegadas aos seus bairros, porque o lugar onde moram é importante para sua identidade.

Esta preocupação com a moradia popular também se apresenta no Brasil. A partir da década de 1930, o país estava em um acelerado processo de desenvolvimento industrial e econômico e se fazia necessário uma política que atendesse a falta de habitação popular.

O então presidente Getúlio Vargas encontra nos conjuntos habitacionais uma das soluções para este problema, que vinha desde a República Velha (1889-1930), e resulta na execução de vários projetos de construção nesta área, beneficiando as classes populares, priorizando o operariado urbano que estava em franca ascensão.

Conforme Mello e Novais (1998, p.562):

Num período relativamente curto de cinquenta anos, a partir de 1930, até início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década dos 70; tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios dos países desenvolvidos. Fabricávamos quase tudo. (NOVAIS E MELLO, 1998, p.562).

Desta forma, o processo de industrialização exigia investimentos em áreas ligadas indiretamente à industrialização. Temos como exemplo o planejamento arquitetônico e espacial na construção de moradias populares.

2.2 Urbanização de Porto Alegre

Em Porto Alegre, no início do século XX, os investimentos na reorganização e melhorias urbanas mantiveram restrita a área central, enquanto que nos bairros operários, melhorias como água encanada, iluminação pública e energia elétrica domiciliar, demorariam a chegar.

Com os becos do centro mal iluminados, as ruas de vias tortas deveriam ceder espaço para o caminho da modernidade. A demolição dos casarões antigos, e a ampliação das vias públicas tornando-as funcionais e limpas, levam a uma revitalização do centro. Há uma descaracterização como espaço residencial e uma proliferação de atividades comerciais de forma indiscriminada, levando grande parte da população de baixa renda para a periferia.

Para Macedo (1999) a grande enchente² de 1941, em Porto Alegre, modificou profundamente a vida urbana, causando imensa preocupação na população e na administração da cidade, ocasionando uma aceleração nos projetos de desenvolvimento urbano. Também era preocupante a inexistência de ocupação populacional nos espaços vazios entre os bairros, nas regiões que ficavam mais afastadas do centro.

Com a indústria estabelecida na zona Norte, houve um beneficiamento para a execução de construção desse projeto residencial, apesar de estar localizado em região

pouco desenvolvida e de baixa densidade demográfica. De uma forma ou de outra procurava-se atender aos interesses habitacionais da população e solucionar os problemas que o governo enfrentava nesta área.

O projeto do Conjunto Residencial se desenvolveu dentro do bairro Passo D'Areia, marcando assim o início do processo de urbanização da várzea do Gravataí (parte da zona Norte) e que logo se estenderia para toda a região. Teve seu início no governo da ditadura de Vargas em 1943, recebeu obras de infra-estrutura em 1946, no governo do General Dutra e em 1954 foi dada por acabada e entregue aos operários na fase democrática do governo Vargas.

2.3 Projeto inovador para a época

Procurando atender e resolver o problema da habitação popular, o engenheiro Edmundo Gardolinski desenvolveu um projeto de urbanização moderno e inovador para a época. O projeto arquitetônico era baseado nos moldes das cidades-jardins³ européias para operários, onde os conjuntos habitacionais tinham espaços específicos para casas, jardins e áreas verdes, com poucos traços geométricos, diferenciando-se do estilo modernista adotado em outros projetos. Ele tinha uma preocupação não só com a moradia, mas também que a obra se adequasse ao planejamento urbano:

A casa deve refletir as características e tendências do homem e da família, de modo a servir suas necessidades e possibilitar o desenvolvimento de uma vida sã e integral. Da mesma forma, o urbanismo deve orientar-se no sentido de planejar a edificação das cidades, tendo em vista satisfazer as necessidades fundamentais das populações e proporcionar uma convivência democrática, efetiva e feliz. (...) Contanto que o ideal seja a casa individual, cuja construção merece estímulo e ajudam circunstâncias várias da vida moderna levam a solução dos chamados Conjuntos residenciais. Esses conjuntos, tanto quanto possível devem refletir a diversidade da vida social, evitando a homogeneidade excessiva resultante da sua locação ou venda a elementos pertencentes a uma categoria profissional específica (apud NUNES; COUTINHO; ABRÃO, 1991, p.11).

A Vila foi construída em espaço de aproximadamente 67 hectares e previa o projeto, inicialmente seriam construídas 1625 residências, mas até o final de sua construção foi modificado para 2533, para atender uma população de aproximadamente 15 mil moradores. Suas ruas contavam com árvores nativas, que foram preservadas até hoje, casas individuais, geminadas, sobrados e conjuntos de apartamentos em edifícios de até quatro andares. Os espaços de lazer eram ajardinados, procurando manter uma integração com o meio ambiente.

O Conjunto habitacional IAPI vinha para atender algumas questões de habitação urbana necessárias no período, diferenciando-se da República Velha, onde o processo de reorganização espacial e social vinha para atender o interesse do governo em modernizar,

higienizar e embelezar as cidades, com direcionamento na importação cultural nos moldes europeus. Monteiro (2004, 51) nos coloca que:

... o exemplo mais evidente desse processo é a “Regeneração” do Rio de Janeiro empreendida na administração Pereira Passos (1902-1905) com a modernização do porto, a abertura da Avenida central e a campanha de vacinação obrigatória de Osvaldo Cruz. (MONTEIRO, 2004, p. 51)

Neste processo não havia interesse no social do indivíduo, o governo intervinha acionando sua força jurídica e policial expulsando moradores indesejáveis para a periferia e sequer pagava indenizações, inviabilizando assim que tivessem condições de subsistência, tornando-os excluídos da sociedade. Mais tarde haveria a necessidade de voltar a incluí-los ou mantê-los a margem dessa mesma sociedade.

2.4 Política habitacional e exclusão como parte do projeto

No início do governo de Vargas, foram criados Institutos e ocorre um processo de transformação e ampliação das Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs), da década de 1920. Os Institutos eram baseados em categorias profissionais amplas e sua administração não ficava a cargo de empregados e patrões, como no caso dos CAPs e sim a encargo do governo como parte integrante do sistema. Era vinculado ao Ministério do Trabalho e tinha por função atender o sistema previdenciário, incluindo também soluções para o problema de moradia popular. Em 1936 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI⁴). A este foi concedido autorização para financiar conjuntos habitacionais, visto que havia a necessidade de aplicar altos volumes de recursos arrecadados quando os IAP's eram recém formados.

Em Porto Alegre, a Vila do IAPI foi construída pelo governo federal com esses recursos, para atender parte desta carência habitacional, mas neste caso específico, as unidades destinavam-se aos operários das indústrias que estavam estabelecidas ou se estabelecendo na zona norte da cidade.

Neste sistema de aplicação de recursos, segundo Nunes, Coutinho e Abrão (1991, p.33), os moradores eram donos do valor de uso da propriedade e, portanto pagavam aluguel e o Instituto era o proprietário de fato do conjunto. O que vem a se modificar a partir da nova legislação sobre política habitacional e com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH⁵), pela Lei nº 4380 de 21.08.64, Com essa nova política os IAP's não mais atuariam nas operações imobiliárias e os imóveis passariam a ser vendidos aos seus moradores. Constavam nas disposições gerais da mesma as seguintes medidas:

a- As carteiras imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões não poderiam mais, a partir da data da promulgação da Lei, iniciar novas operações imobiliárias, passando seus segurados a ser atendidos pelo novo sistema.

b- Os Institutos de Aposentadorias e Pensões deveriam no prazo de doze meses efetuar a venda de seus conjuntos e unidades residenciais, ficando deste modo extinto o sistema de locação das habitações praticado por aquelas Instituições. (NUNES, COUTINHO, ABRÃO, 1991, p.33)

Monteiro (2004, p.61), também nos coloca que somente a elite dos industriários foi beneficiada pela aquisição dessas modernas residências. Era necessário que o salário do associado⁶ correspondesse ao teto mínimo estipulado pelo Instituto, requisito obrigatório para ter direito a locação da moradia.

Na exigência de um teto mínimo, podemos entender que a proposta de resolver o problema da habitação da classe operaria industrial era discriminatória, pois na sua grande maioria os trabalhadores não tiveram acesso, devido aos baixos salários que recebiam. Grande parte das residências foi locada por funcionários do Instituto, operários que trabalhavam na obra e pelo proletariado industrial, ou seja, trabalhadores com maior renda.

A partir de 1964, tudo se modifica com a liberação da venda dos imóveis, havendo uma descaracterização gradual da Vila. Começa a especulação imobiliária, as unidades são compradas pelos moradores e transferidas para terceiros.

A metamorfose da Vila começa com a descaracterização das casas. Reformas eram feitas nas fachadas, muros eram erguidos, garagens construídas, grades em janelas e portas. Alguns procuravam embelezar suas casas e outros efetuavam construções ilegais em seus quintais.

Enquanto as unidades estavam em poder do Instituto, eram de sua responsabilidade a manutenção e soluções dos problemas de infra-estrutura, mas com a venda dos imóveis a responsabilidade passa a ser de seus moradores. Devido a estas modificações houve a necessidade dos moradores se reorganizarem e para isso fundam a Associação Reivindicatória da Vila do IAPI (ARVI), com objetivo de melhorias no transporte, educação e saúde. Mas o desinteresse da comunidade ocasiona um esvaziamento da mesma.

No tocante aos recursos para habitação popular, a partir de 1964, com as diversas modificações nas políticas habitacionais, a população de baixa renda deixa de ter acesso a financiamentos que lhe permitam comprar sua casa própria, porque da mesma forma que nos antigos IAP's é necessária uma renda mínima para ser candidato a compra de imóvel. Portanto, passa apenas um percentual elitizado da população a ter acesso a esses financiamentos.

2.5 A Vila do IAPI

A Vila do IAPI era afastada do centro comercial, sem acesso ao transporte restrito. Era necessário que houvesse também o mínimo de infra-estrutura, para atender aos seus

residentes. Em 1951 criou-se a Associação dos Moradores da Vila do IAPI (AMОВI), com objetivo de organizar suas reivindicações e complementar as alternativas de lazer.

Conforme Riella (1994, 240), para atender o requisito do lazer é criado o Parque Alim Pedro:

Ao ser projetado o Conjunto Residencial do Passo D'Areia – como não poderia deixar de acontecer – foi incluído neste projeto um amplo local, destinado à prática dos esportes mais salutar, proporcionando, assim, aos seus milhares de moradores, a concretização do antigo aforismo: “mens sana in corpore sano. (RIELLA, 1994, p.240)

Na área de prestação de serviços já constava no projeto original o estabelecimentos de pontos comerciais, sendo que inicialmente esses espaços eram de propriedade do Instituto, que os alugava aos profissionais do ramo. Aos moradores, não era permitido ter estabelecimento comercial ou alugá-los para este fim. Isto só se modifica em 1964, com a venda dos imóveis. Para atender aos moradores, existiam feiras livres que vão ser substituídas mais adiante pelos supermercados.

As residências eram entregues na medida em que iam ficando prontas, mas a falta de infra-estrutura se fazia presente, contrastava com a qualidade arquitetônica do conjunto, e se dava de forma lenta e incompleta. Conforme a Vila se desenvolvia, os problemas surgiam.

Como os moradores não eram organizados, a implantação dos benefícios levou muito tempo para ocorrer. Vemos isso nos meios de transporte. Na época eram os bondes da Companhia Carris que tinha seu terminal nos limites da Vila. Quem morava na parte mais longe, no alto do morro, tinha de andar aproximadamente 1 km até o terminal. Levou-se um bom tempo para essa situação se modificar e atender a todos na Vila.

A iluminação pública foi ampliada de forma gradativa. A modernidade nesta área foi a instalação da iluminação a mercúrio, como nos relata Nunes, Coutinho e Abrão (1991, p.24), ainda pouco usada em Porto Alegre. O precário abastecimento de água se regularizou com a construção da hidráulica São João. Não havia uma eficiente coleta de lixo.

Nunes, Coutinho e Abrão (1991, p.21) nos relatam que naquele primeiro momento não havia preocupação com segurança, pois existia a política de boa vizinhança dos moradores do conjunto com as populações da “malocas” da Vila Frei Caneca. Mesmo assim, logo foi instalada a 9ª Delegacia de Polícia, em duas casas cedidas pelo Instituto, mas a segurança era feita por guardas noturnos remunerados pela comunidade.

No projeto inicial constava a construção de um hospital. Este nunca saiu do papel e o atendimento à saúde era feito pelos hospitais que surgiram nas proximidades. A Igreja foi construída no início da década de 50, com objetivo de dar assistência espiritual aos

moradores da comunidade, assim como trabalhar na área de assistência social, orientando e integrando a população da Vila.

A preocupação com a educação se fez presente. Em 1951 já estava funcionando durante o dia o Grupo Escolar Pedro Moacir, e a noite o Ginásio Dom João Becker. Sua construção coube ao Instituto e a contratação de professores, ao Estado. Dentro do planejamento estrutural, a localização da Escola ganhou prioridade, instalando-se ao centro da Vila. No início da década de 60, foi inaugurada uma escola para atender os deficientes mentais da Vila e dos bairros próximos. Essa iniciativa foi dos pais e contava com o apoio da LBA e do governo do Estado.

Riella (1994, p. 241) nos relata as transformações políticas e culturais pelas quais o país passava nos anos 60 e como refletiu de forma abrasadora nos jovens moradores da Vila. Alguns tiveram seu trabalho reconhecido em nível nacional. Dentre eles destacam-se o escritor e jornalista Antonio Carlos Hohlfelder, a cantora Elis Regina e o primeiro conjunto de Rock de Porto Alegre, o Liverpool. Essa produção cultural veio também se manifestar na formação da Escola de Samba União do IAPI.

Hoje a Vila do IAPI está integrada à malha urbana de Porto Alegre, ligada a importantes vias públicas, atendida pelo transporte público, próximo a bairros de classe média alta, shopping center, hipermercados, escolas públicas e privadas.

Após mais de 60 anos de sua construção o IAPI ainda mantém muitas de suas características originais inalteradas, servindo de modelo arquitetônico e urbanístico para inúmeros projetos e estudo obrigatório para estudantes de arquitetura e urbanismo. Assim como exemplo de construção de uma identidade cultural.

3 Conclusão

A partir da análise histórica cronológica da construção da Vila do IAPI, concluímos que o projeto foi de grande importância, bem como inovador e oportuno, resolvendo, ao menos em parte, o problema de habitação popular para os que migraram do campo para trabalhar nas indústrias de Porto Alegre, no auge da industrialização nacional, o que justificava sua construção.

Ao analisar a história do Conjunto Habitacional Vila do IAPI, podemos nos ater as inúmeras possibilidades existentes na área de construção para habitação popular com qualidade. Estruturas modernas e arrojadas neste caso atenderam o seu objetivo, trazendo para aos residentes do bairro além da qualidade de estrutura em urbanização e arquitetura, qualidade de vida, através de uma integração com o meio ambiente e possibilitaram também que naquele espaço, se construísse uma cultura diferenciada, própria da Vila.

O projeto se diferencia de outros de forma positiva, apesar da decadência da região principalmente por falta de manutenção e preservação, pois faltam incentivos por parte do Poder Público Municipal. Apesar da intensa exploração imobiliária, ainda hoje é referência para vários estudos não só arquitetônicos e urbanos, mas também sócio-culturais e como local de memória.

Referências

- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MELLO, J. M.C., NOVAIS, F.A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: Schwarcz, L.M. (org.). História Da Vida Privada No Brasil. v.4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre: Origem e Crescimento. 2ªed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1999. p.125-137.
- MONTEIRO, Charles. Porto Alegre no Século XX: Crescimento urbano e mudanças sociais. In: Dorneles, Beatriz (org). Porto Alegre em destaque: História e Cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 51-74.
- NUNES, Marion K.; COUTINHO, Mario F.; ABRÃO, Janete S. Memória dos Bairros: Vila do IAPI. Porto Alegre: SMC, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- RIELLA, Charles. Vila do IAPI – pioneirismo urbano, cultura e contestação. In: Dorneles, Beatriz (org). Porto Alegre em destaque: História e Cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 233-244.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 138.
- PONTUAL, Jorge; BOCCANERA, Silvio; LESSA, Ricardo. Sem fronteiras: Um panorama da habitação popular em Londres, EUA, e Brasil. Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1004695-7823-UM+PANORAMA+DA+HABITACAO+POPULAR+EM+LONDRES+EUA+E+BRASIL,00.html>>. São Paulo: Globo News 2009. 22m43s. Acesso em 19 abr. 2009.
- PORTO, Daniele Rezende. Entrevista com Galina Tahchieva. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco2-pdf/trans2_risco2.pdf>. São Paulo, 2002. Acesso em 18 abr 2009.
- <http://www.uff.br/objnursing/index.php/nursing/article/viewArticle/62/20> Acesso 16/04/09.
- LAPOLLI, Andre, Como construir um Patrimônio Cultural Urbano: A Vila do IAPI, Crônica de uma morte anunciada. Porto Alegre, Dissertação de mestrado. 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10269/000592983.pdf?sequence=1>>. Acesso 17 abr 2009.
- <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>

Notas

¹ Conjunto de regiões que está ligado à cidade.

² Enchente de 1941 inundou o centro, parte da Cidade Baixa e bairros da zona Norte. Foram efetuadas de obras de modificação do porto, aterros e drenagem do arroio Dilúvio, para evitar novas enchentes.

³ Modelo criado por Ebenezer Howard em 1898, para combater o crescimento de Londres e repovoar a zona rural, onde as vilas estavam em decadência, sendo que a indústria também se desenvolveria neste espaço, evitando assim a criação das cidades-dormitórios. Foi concebida como alternativa e solução para os problemas urbanos, sendo o alicerce para o conceito de planejamento urbano, muito utilizado na década de 20 nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Ver Jacobs, *Morte e Vida de grandes cidades*, p.16-17.

⁴ IAPI - Instituto criado pela Lei nº 367, em 31 de dezembro de 1936, para atender os trabalhadores na área de Previdência Social. A partir deste momento quando for citado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários como órgão federal, a referencia ao mesmo será apenas por Instituto, deixando a sigla IAPI, apenas para citar a Vila.

⁵ BNH - organismo criado em 1964, visava implementar uma política habitacional que dinamizasse o mercado de imóveis.

⁶ Para o trabalhador ter acesso à aquisição de um imóvel na vila era necessário que fosse associado ao IAP de sua categoria profissional e pagasse uma contribuição mensal.